



Número: **0802314-82.2018.8.18.0031**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba**

Última distribuição : **05/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 4.218,75**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANDRE SILVA SOARES (AUTOR)		FRANCISCO JOSE GOMES DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10158 698	09/06/2020 17:01	Sentença	Sentença
10163 072	09/06/2020 00:20	MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO
10141 871	08/06/2020 10:43	Certidão	Certidão
91744 17	07/04/2020 21:33	Intimação	Intimação
91586 52	07/04/2020 10:42	Decisão	Decisão
67316 06	15/10/2019 09:35	Certidão	Certidão
67316 08	15/10/2019 09:35	2314	AVISO DE RECEBIMENTO
54673 08	27/06/2019 08:43	Certidão	Certidão
51085 77	27/06/2019 08:43	Certidão	Certidão
54655 20	26/06/2019 19:01	MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO
54655 25	26/06/2019 19:01	DOCUMENTO20190626_19004095	Documentos
51085 78	21/05/2019 15:06	Certidão	Certidão
51085 76	21/05/2019 15:05	CARTA	CARTA
50062 03	20/05/2019 17:59	Despacho	Despacho
34311 52	26/09/2018 17:08	Certidão	Certidão
34311 49	26/09/2018 17:07	Certidão	Certidão
29805 33	01/08/2018 13:12	Despacho	Despacho
29457 61	10/07/2018 13:10	Certidão	Certidão
29457 51	10/07/2018 13:10	Certidão	Certidão

29250 76	05/07/2018 18:41	Petição Inicial	Petição Inicial
29250 77	05/07/2018 18:41	PROCURAÇÃO E DOCUMENTOS20180705_18180984	Procuração
29250 79	05/07/2018 18:41	DOCUMENTOS20180705_18194691	Documentos

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba DA COMARCA DE PARNAÍBA
Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP:
64209-060

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: ANDRE SILVA SOARES

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA, manejada por ANDRE SILVA SOARES em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., todos devidamente qualificados.

Em Decisão de ID: de nº [9158652](#), determinou-se o pagamento das custas em razão do indeferimento da gratuidade da justiça.

Há Certidão juntada aos autos, indicando que a parte autora, foi intimada deixando transcorrer in albis o prazo concedido, não emendando a inicial. Eis um resumo. Fundamento e Decido.

O art. 290 do Código de Processo Civil prevê o cancelamento da distribuição se o autor, intimado na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso. Depreende-se dos autos que a autora fora devidamente intimada, entretanto, não procedendo ao recolhimento das custas iniciais do processo. Desse modo, outra solução não resta, senão o cancelamento da distribuição do feito.

Assim, com fulcro no art. 485, X, c/c 290 do CPC, EXTINGO A AÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, determinando o cancelamento da distribuição do feito, pelos motivos anteriormente expostos.

Transitando em julgado a sentença e não havendo manifestação, arquivem-se os autos.

Sem custas em face do cancelamento da distribuição. Diligências e intimações necessárias.

P.R.I

PARNAÍBA-PI, 8 de junho de 2020.

HELIOMAR RIOS FERREIRA.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba





MM. Juiz,

Face a condição de estudante já declarada pelo autor nos presentes autos, bem como não ter o mesmo comprovado satisfatoriamente a este juízo essa condição, requer sejam as custas pagas somente quando do final do processo, não entendendo dessa forma requer o parcelamento da mesma, nos termos do art. 98 parágrafo sexto do CPC/15.

Pede Deferimento.

Parnaíba, 08 de junho de 2020.

Dr. Francisco José Gomes da Silva
Advogado



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA
Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060
E-mail: sec.2varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO: [Seguro]
AUTOR(A): ANDRE SILVA SOARES
RÉU(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, apesar de devidamente intimada, a através de seu advogado, a parte autora não recolheu as custas, tampouco apresentou manifestação.

O referido é verdade. Dou fé.

NATALIA MARIA ROCHA GOMES
Analista Judicial

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de PARNAÍBA, Dr. HELIOMAR RIOS FERREIRA para despacho/decisão/sentença.

Parnaíba, 8 de junho de 2020.

NATALIA MARIA ROCHA GOMES
Analista Judicial



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA
Av. Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060
E-mail: sec.2varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO: [Seguro]
AUTOR(A): ANDRE SILVA SOARES
RÉU(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

AVISO DE INTIMAÇÃO

DESPACHO/DECISÃO/SENTENÇA DE ID: 9158652

Parnaíba-PI, 7 de abril de 2020.

AMANDA SAVIA RODRIGUES JACOBINA
Estagiária



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba DA COMARCA DE PARNAÍBA
Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP:
64209-060

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: ANDRE SILVA SOARES

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

A parte autora postula justiça gratuita, nos termos da Lei 1.060/50. Intimada para demonstrar situação de pobreza, apta ao deferimento da gratuidade da justiça, a parte não juntou os documentos aptos ao deferimento.

Preceitua o art. 99, do Novo Código de Processo Civil: Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. (...) § 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Pelo que dos autos consta, hei de indeferir o pedido de justiça gratuita, pois a parte autora não fez prova de sua situação de hipossuficiência econômica de forma que não demonstrou sua miserabilidade a ponto de ter o próprio sustento prejudicado caso tenham que custear as despesas processuais.

O benefício da gratuidade é destinado às partes carentes, sem condições de arcar com as custas, sob pena de prejuízo à sua própria subsistência e de sua família. Friso que os recursos públicos são limitados e que as hipóteses de isenção de tributos - no caso dos autos taxa judiciária - devem ser interpretadas literal ou restritivamente (art. 111, II, CTN). As custas processuais captadas reverterem para fundo público, utilizado em benefício do próprio Poder Judiciário, e, conseqüentemente, de todos os jurisdicionados. Não podem, portanto, ser levemente administradas.

Por fim, destaco que eventual dificuldade de pagamento das custas, quando o devedor tributário se vê diante de escolhas financeiras, não se confunde com prejuízo à subsistência, especialmente ao deparar-se com a **possibilidade de parcelamento das custas iniciais (art. 98, § 6º, CPC Grifo nosso)**.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça, determinando a parte autora proceda ao recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação (art. 485, X, c/c art. 290, CPC). Intime-se.

PARNAÍBA-PI, 7 de abril de 2020.



HELIOMAR RIOS FERREIRA.
Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba



0802314-82.2018.8.18.0031

AUTOR: ANDRE SILVA SOARES


RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que a parte Andre Silva Soares foi devidamente Intimada em 05/06/2019, conforme **AR (Aviso de Recebimento)** em anexo.

15 de outubro de 2019



 SIGEP		AVISO DE RECEBIMENTO		FORUM SALMON LUSTOSA	MP										
DESTINATÁRIO: ANDRE SILVA SOARES RUA DESEMBARGADOR SALES, n. 1105. NOVA PARNAIBA 64218450 PARNAIBA - PI B1844498144BR 				CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 											
REMETENTE: FORUM SALMON LUSTOSA - 2ª VARA CÍVEL - SECRETARIA ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: AVENIDA DEZENOVE DE OUTUBRO, 3495, - CONSELHEIRO ALBERTO SILVA 64209-060 PARNAIBA / PI															
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO - CARTA DE INTIMAÇÃO PROC Nº 0802314-82.2018															
TENTATIVAS DE ENTREGA: 1º ____/____/____ 2º ____/____/____ 3º ____/____/____		ATENÇÃO Após a 3ª tentativa devolver o objeto		MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO: <table border="1"> <tr> <td>1. Alterado-se</td> <td>5. Recusado</td> </tr> <tr> <td>2. Endereço</td> <td>6. Não</td> </tr> <tr> <td>3. Não existe o</td> <td>7. Ausente</td> </tr> <tr> <td>4. Desconhecido</td> <td>8. Falecido</td> </tr> <tr> <td>9. Outros</td> <td></td> </tr> </table>		1. Alterado-se	5. Recusado	2. Endereço	6. Não	3. Não existe o	7. Ausente	4. Desconhecido	8. Falecido	9. Outros	
1. Alterado-se	5. Recusado														
2. Endereço	6. Não														
3. Não existe o	7. Ausente														
4. Desconhecido	8. Falecido														
9. Outros															
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 											
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Andre Silva Soares				DATA DE ENTREGA 05 JUN 2019											
Nº DOC. DE IDENTIDADE															





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 2ª Vara da Comarca de Parnaíba DA COMARCA DE PARNAÍBA

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ANDRE SILVA SOARES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

PARNAÍBA-PI, 27 de junho de 2019.

MARCELA ZIDIRICH GAMO

Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Parnaíba



Assinado eletronicamente por: MARCELA ZIDIRICH GAMO - 27/06/2019 08:43:42

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19062708434267800000005238294>

Número do documento: 19062708434267800000005238294



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 2ª Vara da Comarca de Parnaíba DA COMARCA DE PARNAÍBA

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ANDRE SILVA SOARES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, que a parte autora se manifestou tempestivamente em ID nº 5465520.

O referido é verdade e dou fé.

PARNAÍBA-PI, 27 de junho de 2019.

MARCELA ZIDIRICH GAMO
Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Parnaíba



Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da _____ Vara da Comarca de Parnaíba-PI.

ANDRÉ SILVA SOARES, qualificado nos autos do presente processo, que move contra a **SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DPVAT**, também qualificada nos autos, vêm respeitosamente, à presença de V. Exa., por intermédio de seu advogado in fine assinado e, em cumprimento ao despacho contante do ID 2880533, reiterar o pedido de concessão da justiça gratuita constante da peça inicial, bem como junta aos autos a declaração anexo, como comprovante de sua condição de estudante. requer ainda nos termos do despacho constante do ID 5006203, o prosseguimento do9 feito até final julgamento.

N. termos,

P. Deferimento.

Parnaíba, 26 de junho de 2019.

Dr. Francisco José Gomes da Silva

Advogado - OAB-Pi nº 5234





ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOSÉ DE LIMA COUTO
RUA VIRGÍLIO ANTUNES, Nº528,
BAIRRO SÃO BENEDITO
PARNAÍBA-PI
TEL: (86) 3322-7967
CNPJ: 01.926.204/0001-10
INEP: 220.154-85



E. M PROF. JOSÉ DE LIMA COUTO

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins e efeitos legais que o (a) aluno (a),
André Silva Soares,
está matriculado na ✓ ETAPA na modalidade **EJA**, no
ano de 2019, correspondendo ao () 1º ano, () 2º e 3º ano, () 4º e 5º ano,
() 6º e 7º ano e (X) 8º e 9º ano.

Parnaíba (PI), 24 de junho de 2019.

Maria Auliedes Moreira Santos

Maria Auliedes Moreira Santos
Port. Nº 023/2018 Aut/SEDUC Nº 26/18
CPF 879.953.793-15
Diretora





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 2ª Vara da Comarca de Parnaíba DA COMARCA DE PARNAÍBA

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ANDRE SILVA SOARES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, que expedi Carta de Intimação para a parte autora conforme determinado.

O referido é verdade e dou fé.

PARNAÍBA-PI, 21 de maio de 2019.

MARCELA ZIDIRICH GAMO
Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Parnaíba





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA
Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO: [Seguro]
AUTOR: ANDRE SILVA SOARES
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE INTIMAÇÃO
(Conforme Provimento 20/2014/CGJ/PI)

FINALIDADE: para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485, 1º, do CPC/2015.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:

Nome: ANDRÉ SILVA SOARES, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG. nº 4.039.299, SSP-PI e CPF nº 064.619.403-83, residente e domiciliado na Rua Desembargador Sales, 1105, bairro Nova Parnaíba, nesta cidade

ANEXO: Cópia do inteiro despacho.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização da parte devedora.

Parnaíba-PI, 21 de maio de 2019

MARCELA ZIDIRICH GAMO
Analista Judicial



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

2ª Vara da Comarca de Parnaíba

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP:
64209-060

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ANDRE SILVA SOARES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Considerando que a parte **autora** foi intimada por seu patrono, ficou-se silente, intime-se a parte **autora** pessoalmente para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485, 1º, do CPC/2015.

PARNAÍBA-PI, 10 de maio de 2019.

HELIOMAR RIOS FERREIRA

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Parnaíba



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 2ª Vara da Comarca de Parnaíba DA COMARCA DE PARNAÍBA

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ANDRE SILVA SOARES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

PARNAÍBA-PI, 26 de setembro de 2018.

MARCELA ZIDIRICH GAMO

Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Parnaíba



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 2ª Vara da Comarca de Parnaíba DA COMARCA DE PARNAÍBA

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ANDRE SILVA SOARES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, que decorreu o prazo da parte autora sem qualquer manifestação.

O referido é verdade e dou fé.

PARNAÍBA-PI, 26 de setembro de 2018.

MARCELA ZIDIRICH GAMO
Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Parnaíba



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

2ª Vara da Comarca de Parnaíba DA COMARCA DE PARNAÍBA

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ANDRE SILVA SOARES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Conforme disposto no art. 98 do NCPC, “*A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei*”.

Todavia, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que o mesmo comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência, senão vejamos:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

[...]

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Assim, em conformidade com o art. 321 do NCPC c/c art. 99 § 2º do NCPC, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, comprovando sua situação de pobreza apta ao deferimento da gratuidade de justiça, inclusive colacionando outras provas, entre as quais provas de que realmente é estudante não tendo condições para pagamento das custas processuais, sob pena de indeferimento do pedido.

Diligências necessárias.

Cumpra-se.

PARNAÍBA-PI, 17 de julho de 2018.

MAURO AUGUSTO DE REZENDE

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Parnaíba



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 2ª Vara da Comarca de Parnaíba DA COMARCA DE PARNAÍBA

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ANDRE SILVA SOARES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

PARNAÍBA-PI, 10 de julho de 2018.

NATALIA MARIA ROCHA GOMES

Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Parnaíba



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 2ª Vara da Comarca de Parnaíba DA COMARCA DE PARNAÍBA

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ANDRE SILVA SOARES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Triagem

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação e do pedido de justiça gratuita, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

PARNAÍBA-PI, 10 de julho de 2018.

NATALIA MARIA ROCHA GOMES
Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Parnaíba

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da _____ Vara da Comarca de Parnaíba-PI.

ANDRÉ SILVA SOARES, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG. nº 4.039.299, SSP-PI e CPF nº 064.619.403-83, residente e domiciliado na Rua Desembargador Sales, 1105, bairro Nova Parnaíba, nesta cidade, vêm respeitosamente, à presença de V. Exa., por intermédio de seu advogado in fine assinado, com endereço profissional na Rua Tabajara nº 535, bairro São Francisco da Guarita, nesta cidade, para propor, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria a presente

AÇÃO DE COBRANÇA

em face da **SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço para notificações na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar – Rio de Janeiro – RJ, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE, salienta-se que o requerente, nos termos da lei nº 1.060/50, declara que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família. Requer e faz jus, portanto, ao benefício da GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

“A simples declaração de miserabilidade jurídica por parte do interessado é suficiente para a comprovação deste estado, nos termos do art. 4º, § 1º, da lei 1.060/50.” (STF-RE 205.029-RS – DJU de 07.03.97)”

I. DOS FATOS

O requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 27 de agosto de 2017, conforme demonstra a cópia da Certidão de Ocorrência anexa, portanto o mesmo é beneficiário da indenização por danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT, que compreende invalidez, prevista no artigo 3º da Lei nº 6194/74, conforme comprovam os documentos inclusos.

Que o requerente, em virtude do acidente de trânsito, teve sequelas definitivas, apresenta dores, inchaço deformidade, rigidez, limitação de flexão e incapacidade

funcional do membro lesionado, tendo dificuldade em abrir e fechar a mão, pegar e segurar objetos pesados, não conseguindo prosseguir com suas atividades diárias.

Atualmente encontra-se de alta definitiva, tendo como grau de incapacidade funcional irreversível de 50% (cinquenta por cento) do membro superior esquerdo, conforme laudo médico acostado a exordial, e apesar de ter feito tratamento especializado, não houve nenhuma melhora.

Que o requerente, Administrativamente requereu junto a seguradora ré, o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, que tem direito e lhe é garantido por lei, apresentou toda a documentação exigida pela seguradora, tendo sido disponibilizado o pagamento parcial da indenização na data de 27 de fevereiro de 2018.

Acontece Excelência que a requerida disponibilizou ao autor o pagamento parcial de forma administrativa no valor de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo.

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber a complementação do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor a ser recebido em caso de invalidez permanente é de 50% (cinquenta por cento), do valor máximo indenizável, ou seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), vez que ocorreu debilidade permanente, verdadeira perda da função do membro superior esquerdo, vez que o Promovente está incapaz para trabalhar com o membro lesionado, devido as sequelas supra mencionadas.

II. DO DIREITO

A indenização por invalidez e despesas médicas hospitalares no seguro DPVAT

O Seguro DPVAT tem como um de seus escopos, dentre outros, fornecer uma indenização em dinheiro àqueles que experimentaram danos pessoais oriundos de acidente de trânsito. Aliás, essa cobertura está expressa na Lei nº 6.194/74.

O art. 4º do referido diploma nos indica a quem deve ser paga tal indenização:

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

.....

§ 3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez **a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão**. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um **acidente causado por veículo** e é **permanente**, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada **integralmente ou em parte**.

A parte autora munuiu-se de todos os documentos exigidos pela legislação *suso* mencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, tudo estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

- a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;**
- b) b) prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico-assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.**

Conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico, o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Administrativamente e seguindo orientação da seguradora a postulante encaminhou dentre os documentos exigidos pela lei, prontuários médicos, fichas de atendimento e tudo o mais que foi exigido para a elucidação do sinistro, bem como seus documentos pessoais, autorização de pagamento, mesmo assim a requerida não efetuou o pagamento da indenização na forma prevista em lei.

Assim, instruída de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

A situação da postulante se subsume perfeitamente à legislação vigente, pois foi vítima de acidente automobilístico, sendo indiscutível, então na qualidade de beneficiário do seguro em comento. Assim, fixado este entendimento, resta agora determinarmos qual o correto valor a que tem direito.

Com a edição da Medida Provisória 451, de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei 11.945, de junho de 2009, foram promovidas novas alterações na Lei 6.194/74, especialmente para fixar graus de invalidez permanente, total e parcial, bem como os respectivos percentuais aplicáveis a cada caso, conforme o membro/órgão lesado, critérios estes que foram incluídos, através de um anexo, tendo referida legislação entrado em vigor, para as regras relativas ao Seguro DPVAT, em 16/12/2008, senão vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Importante sinalar, para análise da presente questão, que o sinistro ocorreu sob a égide da Lei nº 11.945/09, que estabeleceu que a Lei no 6.194/74 passou a vigorar, desde 22.12.2008, acrescida de tabela relativa aos percentuais indenizatórios para seguro DPVAT, ora transcrita:

Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10

Da análise da documentação que acompanha a inicial, mormente o laudo de médico, expedido pelo médico especialista Dr. Eucário de Paiva Gomes, CRM-MA nº 6703, anexo, que informa que a vítima, teve sequelas definitivas, apresenta dores, inchaço, deformidade, rigidez, limitação de flexão e incapacidade funcional do membro lesionado, tendo dificuldade em abrir e fechar a mão, pegar e segurar objetos pesados, não conseguindo prosseguir com suas atividades diárias, entendida como **invalidez permanente parcial completa**, com incapacidade funcional de membro superior esquerdo.

Assim, o caso se enquadra perfeitamente ao inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6.194/74: **“quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura”.**

O conceito preconizado pelo § 1º, inciso II, do art. 3º da Lei 6.194/74,

redação alterada pela Lei 11.482/07, garante a vítima de acidente automobilístico, quando se tratar de invalidez permanente parcial completa a indenização proporcional de 50% (cinquenta por cento) para as repercussões de natureza média, sobre o valor integral da indenização por morte ou invalidez permanente (R\$ 13.500,00).

O cálculo realizado pela seguradora o do inciso II do § 1º do já citado art. 3º da Lei 6194/74, onde ocorre a diminuição da proporção da tabela. No entanto, tal diminuição só é procedente em casos de incapacidade permanente parcial incompleta, que como já demonstrado, não foi o que restou comprovado nos laudos técnicos, não tendo o condão, portanto da ré diminuir de per si, o valor devido.

Sendo assim, tem sim direito, o autor à aplicação, em seu caso, do I, §1º, do art 3º da lei do seguro obrigatório (6.194/74), ou seja, o Promovente faz jus a ser enquadrado diretamente na tabela.

O valor que o autor recebeu, de pouco mais de dois mil reais, não é suficiente para ampará-lo.

Diante de tudo o que sofreu o autor e que vem sofrendo, pois este ainda sofre de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o I, §1º, art 3º da Lei 6194, é o mais justo ao seu caso, como demonstrado acima, ou seja, faz jus a receber o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor total do seguro, haja vista a perda da função do membro superior esquerdo, e indicação do laudo médico anexo, tal valor corresponde à R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), devendo ser deduzido o valor já recebido, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

III - DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Muito embora a indenização do seguro DPVAT não seja recomposta nominalmente pela correção monetária, o prêmio do seguro DPVAT vem evoluindo anualmente, em irrazoável e desproporcional tratamento.

Permitir tal distorção e não intervindo o Judiciário para recompor as perdas monetárias que reduzem a indenização, haverá enriquecimento sem causa das seguradoras com enorme prejuízo aos segurados.

Lembrando que a Lei n. 6.194/74, em sua primeira redação, vinculava a indenização ao valor do salário mínimo vigente (40 salários mínimos), em procedimento cuja constitucionalidade, inclusive, chegou a ser questionada nos Tribunais.

Com as modificações implementadas pela Medida Provisória n. 340/06 (posteriormente convertidas na Lei n. 11.482/07), a indenização do seguro DPVAT passou a ter valor certo (ainda que proporcional à lesão), com limite máximo de até R\$13.500,00.

Ao tempo da implementação da legislação antiga, não havia preocupação quanto à correção monetária do valor indenizatório porque a indenização era calculada com base no valor do salário mínimo vigente à época do sinistro (com correção monetária a partir da conversão do valor indenizatório em pecúnia).

Com a alteração legislativa, entretanto, a adoção do valor abstrato previsto na lei - R\$13.500,00 - sem a recomposição do valor monetário, importará em corrosão do total indenizatório pelo processo inflacionário.

Não é razoável conceber que o valor da indenização permaneça *ad eternum* estagnado, enquanto os valores dos prêmios são reiteradamente corrigidos, considerando, principalmente, que aquela se trata de um instituto para minorar ou acalantar a vítima já penalizada pelo acometimento de um sinistro.

Assim, é preciso atualizar monetariamente o valor previsto na lei, recompondo-o sem ofender o princípio da separação dos poderes, notadamente porque o Legislativo, ao editar a Lei n. 6.194/74 em sua novel redação, convalidando a Medida Provisória 340/06, não previu forma de atualização do valor indenizatório e o Executivo, majorando exclusivamente o prêmio, só faz aumentar a desigualdade entre o dever (pagar o prêmio) e o direito (receber a indenização) do segurado.

Neste sentido vem sendo o reiterado entendimento dos Tribunais pátrios:

DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - CORREÇÃO MONETÁRIA DE VALOR INDENIZATÓRIO PAGO ADMINISTRATIVAMENTE - SENTENÇA IMPROCEDENTE - RECURSO DO AUTOR - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO A QUO - NOVEL ENTENDIMENTO DA CÂMARA - MEDIDA PROVISÓRIA 340/06 - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA MODIFICADA. Em sede de seguro obrigatório (DPVAT) a

correção monetária tem seu termo a quo incidindo a partir da MP n. 340/06 e seu término por ocasião do pagamento integral. (TJSC, Apelação Cível n. 2015.011177-0, de Braço do Norte, rel. Des. Monteiro Rocha, j. 19-03-2015).

Ainda:

SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT Ação de cobrança Correção Monetária Mera recomposição do valor nominal da moeda Incidência a partir da vigência da Medida Provisória nº 340/2006, sob pena de enriquecimento ilícito das seguradoras Dano moral inócurrente. Apelação parcialmente provida. (TJSP, AC n. 0001466-83.2014.8.26.0472, 36ª Câmara de Direito Privado, Relator(a): Sá Moreira de Oliveira, julgado em 26/03/2015, sem grifo no original).

Por fim:

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO PAGA ADMINISTRATIVAMENTE. VALOR NOMINAL. EVENTO DANOSO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DA MP 340/06. RECOMPOSIÇÃO DA PERDA INFLACIONÁRIA DA MOEDA DEVIDA. QUITAÇÃO A MENOR. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO.

A MP 340/06, convertida na Lei nº 11.482/07, fixou o valor de R\$13.500,00 para a indenização de seguro obrigatório DPVAT, contudo, não estabeleceu a forma de correção monetária, que é devida a fim de recompor a perda inflacionária daquela quantia, sob pena de inadmissível prejuízo à vítima de acidente de trânsito e enriquecimento sem causa das seguradoras que compõem o consórcio DPVAT. Não configura dano moral o pagamento administrativo do valor singelo estabelecido pelo art. 3.º da Lei n.º 6.1974/74, com as alterações dadas pela Lei n.º 11.482/07. Recurso parcialmente provido. (TJSP, AC n. 1000620-52.2014.8.26.0568, 35ª Câmara de Direito Privado, Relator(a): Gilberto Leme, julgado em 29/09/2014, sem grifo no original)

Logo, omissa a lei acerca da paridade do valor do prêmio com o valor indenizatório, deve este ser atualizado desde a data de vigência da Medida Provisória, em 29/12/2006, evitando-se sua desvalorização monetária.

IV - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como,

com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, **tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.**

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.”

Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional do patrono desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 85 do CPC, assim *verbis*:

Art. 85 - A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado vencedor.

§ 1º - São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos cumulativamente.

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa atendidos:

- I – o grau de zelo do profissional;
- II – o lugar de prestação do serviço;
- III – a natureza e a importância da causa;
- IV – o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitosos. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à aplicação do artigo 85, § 3º, do CPC aos casos como o dos autos, senão vejamos:

“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por

trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. em 20-3-2001).

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento).

V - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, e mais do que dos autos se consta requer a Vossa Excelência sejam julgados procedentes os seguintes pedidos:

1 - condenar a requerida no pagamento da diferença entre o valor pago administrativamente e o valor a que faz jus o autor, ou seja, R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), que descontados o valor recebido, ou seja, R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), resta a ser pago ao autor, a importância de R\$ 4.218,75 (quatro mil, duzentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos) quantia sobre a qual deverá incidir correção monetária desde o advento da MP n. 340/2006 e juros desde o sinistro.

2 - A citação da Requerida, por correio no endereço já declinado, para que, querendo, oferecer defesa e produzir prova, sob pena de confissão e revelia;

3 - A condenação da requerida ao pagamento dos honorários advocatícios à base de 20% sobre o valor da condenação, bem como ao pagamento das custas e demais encargos processuais, acrescidos de juros e correção monetária.

4 –Requer finalmente os benefícios da Justiça Gratuita, eis que se declara ser pessoa pobre na forma da Lei, portanto, não reúne condições financeiras de arcar com despesas do processo judicial, sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

5) Tendo em vista que ao longo de várias demandas em casos idênticos ao da presente Ação, em que Seguradora ré, figura no pólo passivo, a mesma não tem demonstrado interesse em conciliar, sendo assim o requerente, nos termos do art. 334, §5º do CPC, indica o seu desinteresse na autocomposição prevista no dispositivo referido.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 4.218,75 (quatro mil, duzentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

Termos em que

Pede deferimento.

Parnaíba, 05 de julho de 2018.

Dr. Francisco José Gomes da Silva

Advogado – OAB-Pi nº 5234

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

NOME	ANDRÉ SILVA SOARES									
NACIONALIDADE	BRASILEIRA		ESTADO CIVIL	SOLTEIRO(a)		PROFISSÃO	ESTUDANTE			
ENDEREÇO	Rua Desembargador Sales, 1105									
BAIRRO	Nova Parnaíba		CIDADE	Parnaíba		UF	PI	CEP	64218-450	
RG	4.039.299 SSP-PI		CPF	064.619.403-83		TELEFONE	(86) 9559-0983			

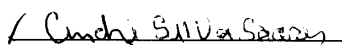
OUTORGADO(S)

Dr. FRANCISCO JOSÉ GOMES DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PI sob o nº 5234, com Escritório na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, na Rua Tabajara, 535, bairro São Francisco.

PODERES

Para o foro em geral, bem como os insitos nas cláusulas **Ad-Judicia et Extra**, em qualquer Juízo, Instancia ou Tribunal, em todo procedimento cível e criminal ou trabalhista, nos termos do art. 38, do CPC e art. 5º e seus parágrafos, da Lei nº 8.906/94-EAOAB, em que a outorgante for autora ou réu, podendo requerer e assinar, receber e dar quitação, firmar compromissos, fazer acordos, desistir, transigir, interpor todos os recursos permitidos em direito em todas as instancias, varias de ações, embargar, agravar, produzir e requerer provas e justificação, fazer as declarações da lei, representá-la em quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, autarquias e instituições paraestatais, bancos, instituições financeiras, seguir e acompanhar processos nessas repartições, seja de que natureza forem, contratar e substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Parnaíba, 20 de março de 2018.

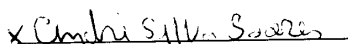

ANDRÉ SILVA SOARES

DECLARAÇÃO

NOME	ANDRÉ SILVA SOARES						
NACIONALIDADE	BRASILEIRA	ESTADO CIVIL	SOLTEIRO(a)		PROFISSÃO	ESTUDANTE	
ENDEREÇO	Rua Desembargador Sales, 1105						
BAIRRO	Nova Parnaíba	CIDADE	Parnaíba		UF	PI	CEP 64218-450
RG	4.039.299 SSP-PI		CPF	064.619.403-83		TELEFONE	(86) 9559-0983

declara(m) para os devidos fins e direitos, que é pessoa pobre e não tem condições financeiras de arcar com despesas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seus sustento e de sua família, nos termos da Lei nº 1060/50.

Parnaíba, 20 de março de 2018.


ANDRÉ SILVA SOARES

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



0361064

Assinatura do Titular: *André Silva Soares*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.039.299 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/03/14

NOME ANDRÉ SILVA SOARES

FILIAÇÃO RAIMUNDA NONATA SILVA SOARES
ANTONIO CARLOS VERAS SOARES

NATURALIDADE PARNAIBA-PI DATA DE NASCIMENTO 12/12/1996

DOC. ORIGEM MATRICULA: CERT. NASC. 14062402551998100008068000765699

CPF EXP 4038314706/06/46/19

TERESINA - PI

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CPF
(Válido somente com documento de identificação.)

Nº do CPF: 064.619.403-83

Nome: ANDRÉ SILVA SOARES

Data de Nascimento: 12/12/1996

Comprovante emitido às 15:21:54 do dia
14/10/2011 (hora e data de Brasília)

Eletrobras
Distribuição Piauí

Para contato com a
Eletrobras, informe
este número

SEU CÓDIGO
0433169-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Insc. Estadual: 19.301.383-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizado pela SEFAZ 06/98

Nº da Nota Fiscal 000062854

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTAS A PAGAR - VENCIMENTOS CONSUMO (KWH) TOTAL A PAGAR (R\$)
OUTUBRO/2017 10/10/2017 210 130,25

RAIMUNDA NONATA SILVA SOARES
R. DESEMBARGADOR SALES 1105 1105 NOVA PARNAIBA
CPF: 00098908049304
CEP: 64.218-450 - PARNAIBA

ROT: 147.002.03.31.58200

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA				DADOS DA FATURA	
Atual:	15280			Atual:	03/10/2017
Anterior:	15070			Anterior:	01/09/2017
Constante de Multiplicação:	1,000			Próxima Leitura:	01/11/2017
Consumo Medido:	210			Emissão:	03/10/2017
Consumo Faturado:	210	FCAM		Apresentação:	03/10/2017

NORMAL

32

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESID. B.X. RENDA	MONO	A1512932		1.4.1.1	181

HISTÓRICO (KWH)		DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano consumo		CONSUMO	
SET/17	170	30 A R\$ 0,236709 =	7,10
AGO/17	160	70 A R\$ 0,405785 =	28,40
JUL/17	253	110 A R\$ 0,608689 =	66,95
JUN/17	202	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)	12,84
MAI/17	189	DIFERENCA DE TARIFA	42,37
ABR/17	171	SUBVENCAO BAIXA RENDA	29,52
MAR/17	167	MULTA POR ATRASO 08/17-00	1,44
FEV/17	153	JUROS DE MORA DE IMPO 08/17-00	0,67
JAN/17	195	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA -	2,69
DEZ/16	167	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA -	0,48
TARIFA SEM TRIBUTOS:			
0 A 30	- 0,164892		
31 A 100	- 0,282670		
101 A 210	- 0,424013		

MENSAGENS IMPORTANTES/REAJUSTE DE VENCIMENTO

Mes/Ano Valor R\$ Unidade consumidora sujeita a suspensão por não pagamento de energia elétrica a partir de 10/10/2017. O não pagamento poderá ensejar também a inclusão do nome do consumidor na SERASA. Caso tenha pretendido o pagamento favor desconsiderar este aviso.

A PARTIR DE 28/09/2017, HOVE REAJUSTE TARIFARIO MEDIO A SER PEREBIDO DE 27,63% (RESOLUCAO ANEEL-2.305/2017).
LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25

RESERVADO AO FISCO 9BCC.01EC.F8E1.5CE6.15F1 8A3E.3D37.54FB

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	28,81	Base de Cálculo:	144,82
Energia:	54,76	Alíquota ICMS:	25,00%
Transmissão:	8,61	Valor do ICMS:	36,20
Encargos:	8,72	Valor do PIS:	1,37
Tributos:	43,92	Valor do COFINS:	6,35

INDICADORES DE CONTINUIDADE

6,15 12,30 24,00 3,42 6,15 13,70 3,63
0,00

PARNAIBA

08/2017

25,02

ROT: 147.002.03.31.58200

Eletrobras
Distribuição Piauí

SEU CÓDIGO
0433169-9

TOTAL A PAGAR - R\$
130,25

MÊS FATURADO
10/2017

VENCIMENTO
10/10/2017

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Insc. Estadual: 19.301.383-5

Nº da Nota Fiscal: 000062854 FCAM

83650000001 0 30250017000 6 000000000433 3 16991017008 6



Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 101301.004905/2017-28

Unidade de Registro: DELEGACIA DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - PARNÁIBA/PI
Responsável pelo Registro: José Ailton De Souza Freitas

Data/Hora: 08/11/2017 - 12:12

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

1º DP DE PARNÁIBA

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

PARNAÍBA

Endereço

AVENIDA PRINCIPAL DO BRODER VILER, Nº:

Complemento

Data/Hora

27/08/2017 - 17:30

Bairro

PRIMAVERA

Ponto de Referência

PRÓXIMO AO COMERCIO DO PAULINHO



DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: ANDRE SILVA SOARES

RG: 4039299 PI

Mãe: RAIMUNDA NONATA SILVA SOARES

Pai: ANTONIO CARLOS VERAS SOARES

Endereço: RUA DESEMBARGADOR SALES, Nº 1105

Complemento: PRÓXIMO A RESIDÊNCIA DO BABO PAIXÃO

Bairro: NOVA PARNÁIBA

Cidade: PARNÁIBA

Telefone(s): 86-9559-0983

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE DECLARA QUE NA DATA 27/08/2017 POR VOLTA DE 17 H E 30 MIN. CONDUZIA A MOTOCICLETA HONDA CG 125 FAN COR PRETA ANO 2013/2013 PLACA OVX-3879 PI, CHASSI Nº9C2JC4110DR803066, RENAVAM 566026511, LICENCIADO EM NOME DE RAIMUNDA NONATA SILVA SOARES CPF Nº 989.080.493-04, NA AVENIDA PRINCIPAL DO CONJUNTO BRODER VILLER E NAS PROXIMIDADES DO COMERCIO DO PAULINHO UM CACHORRO ADENTROU NA FRENTE DA MOTOCICLETA NÃO TENDO COMO DESVIAR ATROPELOU O CÃO E DESEQUILIBROU-SE INDO DE ENCONTRO AO CHÃO, SENDO SOCORRIDO POR POPULARES E LEVADO PARA O HEDA (HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCO VERDE) ONDE FOI MEDICADO E CONSTATADO UMA FRATURA DO RADIO DISTAL, FICANDO HOSPITALIZADO POR DOIS DIAS.

José Ailton De Souza Freitas - Mat. 0929042
AGENTE DE POLÍCIA

Andre Silva Soares
ANDRE SILVA SOARES - Noticiante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia

RELATÓRIO MÉDICO
DE VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

Nome da vítima

Andre Silva Soares

Data do acidente

27/08/2017

CPF

064.619.403-83

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO MÉDICO EXAMINADOR

<input type="checkbox"/> Traumatismo cranioencefálico (TCE)					
<input type="checkbox"/> Diminuição das funções cognitivas					
<input type="checkbox"/> 10% (residual)	<input type="checkbox"/> 25% (leve)	<input type="checkbox"/> 50% (médio)	<input type="checkbox"/> 75% (grave)	<input type="checkbox"/> 100% (gravíssimo)	
<input type="checkbox"/> Diminuição da acuidade visual					
<input type="checkbox"/> 10% (residual)	<input type="checkbox"/> 25% (leve)	<input type="checkbox"/> Direita 50% (médio)	<input type="checkbox"/> 75% (grave)	<input type="checkbox"/> Esquerda 100% (gravíssimo)	
<input type="checkbox"/> Diminuição da acuidade auditiva					
<input type="checkbox"/> 10% (residual)	<input type="checkbox"/> 25% (leve)	<input type="checkbox"/> Direita 50% (médio)	<input type="checkbox"/> 75% (grave)	<input type="checkbox"/> Esquerda 100% (gravíssimo)	

☒ Fratura ☒ MSE ☐ MIE ☐ Tórax ☐ Coluna

Observações

Paciente sofreu Acidente de Trânsito, com entrada no Hospital Estadual Dirceu Arcoverde, em Parnaíba - PI, sendo submetido a exame de R.X e diagnosticado pelo médico de plantão Fratura no Rádio Distal Esquerdo, passando por tratamento cirúrgico, permanecendo dias com o punho imobilizado.

☒ Sequelas

☐ 10%
(residual) ☐ 25%
(leve) ☒ 50%
(médio) ☐ 75%
(grave) ☐ 100%
(gravíssimo)

Observações

Atualmente vítima apresenta como sequelas definitivas: dores, inchaço, deformidade, rigidez, limitação de flexão e incapacidade funcional do membro lesionado, tendo dificuldade em abrir e fechar a mão, dificuldade em pegar e segurar objetos pesados, diante disso não consegue prosseguir com suas atividades diárias.

Alta Definitiva em: 23 / 01 / 2018

Magalhães de Almeida (MA), 23 de Janeiro de 2018

Dr. Eucônio de Paula Gomes
Médico - CRM-MG 6703
CEL-021.842.883-04

SINISTRO 3170645712 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ANDRE SILVA SOARES

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO

INVESTPREV Seguradora S/A-Filial Rio de Janeiro-RJ

BENEFICIÁRIO ANDRE SILVA SOARES

CPF/CNPJ: 06461940383

Posição em 24-02-2018 06:42:59

Seu pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Lider DPVAT.
Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Volte a consultar seu processo
neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
27/02/2018	R\$ 2.531,25	R\$ 0,00	R\$ 2.531,25

RUA RODRIGO COIMBRA,
RODOVIÁRIA, PARNAÍBA/PI - 64216-470
CNPJ: 06553564015593
(86) 3323-7188 - ()

Ficha de Atendimento (Emergência)

Atendimento: P0211032 Registro: 126.001
Data: 27/08/2017 Hora: 17:49:00
Funcionário: FABRICIO Tipo: CONSULTA
Sexo: MASCULINO
SUS

Senha **126**

ANDRE SILVA SOARES

Nasc.: 12/12/1996 Idade: 20 ANOS, 8 MESES, 15 DIAS Profissão:
End.: RUA DESEMBARCADOR SALES, 1.105 - Bairro: NOVA PARNAÍBA
Cor: PARDA Telefone: () Mãe: RAIMUNDA NONATA

CPF: - RG: - SUS:

Civil: OUTROS CEF:
Cidade: PARNAÍBA/PI
- País:

Clinica: **ORTOPEDIA**

Demanda: DEMANDA ESPONTANEO

Atendimento de **URGÊNCIA**

Procedimentos

0301060061 ATENDIMENTO DE URGENCIA EM ATENCAO ESPECIALIZADA
01 CONSULTA (ACOLHIMENTO)

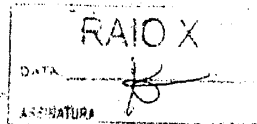
História Clínica/Exame físico:

Acidente de motocicleta

Hora:
☐ Internação

Exames Complementares:

com fratura em punho (E)



Diagnostico provavel:

Prescrição Médica: *Px: Fratura do osso do punho com fratura*
do rádio

do pulso

Antonio Lisboa da Silva Filho
Ortopedia / Traumatologia
CRM-PI: 3641-TEO: 12036

Hora: 17:53:37

Anotações da Classificação de Risco

Prioridade:

☐ Vermelho - Emergência ☐ Laranja - Muito Urgente ☒ Amarelo - Urgente ☐ Verde - Pouco Urgente ☐ Azul - Não urgente

Queixa/História: REFERE TRAUMA EM MSE. INFORMA TER SOFRIDO ACIDENTE DE MOTO. SIC.

Alergias:

Medicação Usual:

PA: 0 mmHg

TAX: 0%

FR: 0 mrpm

SAT 02: 0

Doi:

FC: 0 bpm

Glicemia: 0 mg/dl

Peso: 0 kg

ECG: 0

Observação:

Condulta: AO ORTOPEDISTA

128290 - LUCIANO DE SOUSA BRANDAO
Enfermeiro Responsável

Hora:

Dados da Alta

☐ Alta ☐ Óbito ☐ Evasão ☐ Transferência

Destino:

ANDRE SILVA SOARES
Paciente ou Responsável

100 - MEDICO DE PLANTAO
Medico Responsável

RUA DESEMBARCADOR SALES, 1.105 - NOVA
PARNAIBA

LEITO: 1201

[illegible]

CEP: 64216-470 - PAI:NN/11;N/11

RUA DESEMBARCADOR SALES, 1.105 - NOVA
PARNAIBA

Nº DO ATÍ MIMIMINI

IDADE 20 ANOS, 8 MESES, 15

LEITO: 1201

Prescrição Médica

Horário de Medicação

Quant

Evolução Médica

① Delta JUNE

② Sieb. Lu. 1907.2.11

2) the value of α is 6/64.

④ Nelson of Corp ~~etc~~ (TM) 11/11/11

Office
90

Fodder de maiz
dada

Antonio Carlos da Silva Filho
Tratado de Traumatologia

OTOPEND 12638
CRM-P1 304

Microbial Immunology

Schick
Li
or

Antonio Lisboa da Silva Filho
Etiopeda / Traumatologia
CRM-PI: 3611 TEOT. 12636

266 of 244th St. - 1000 ft. - 1000 ft.

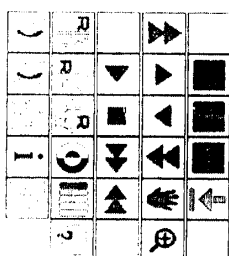
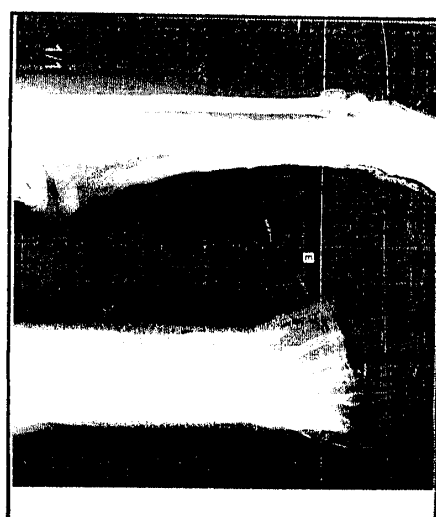
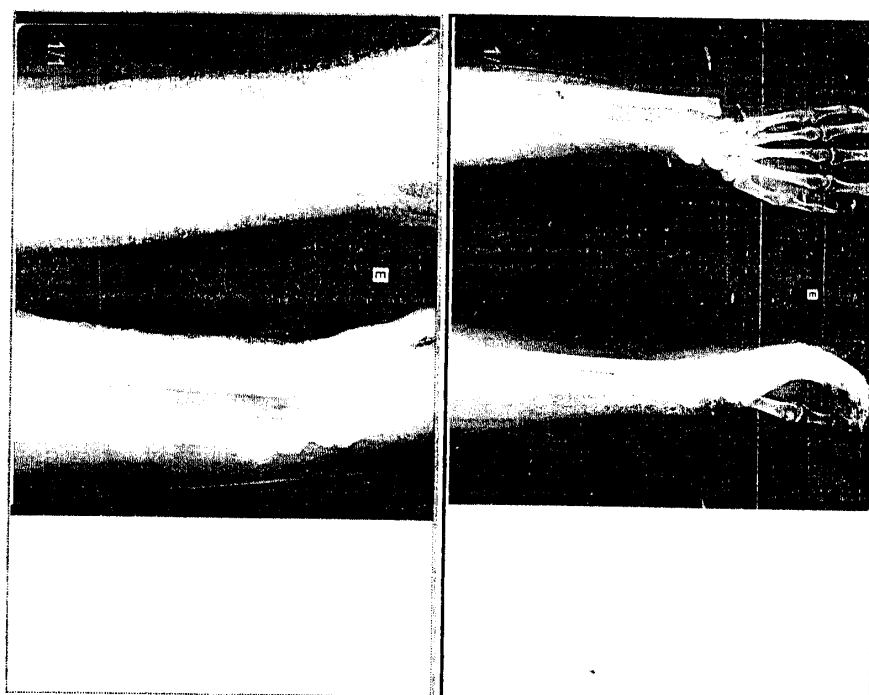
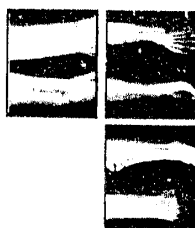
11/1/20

Dr. Dettler D. Luthers
Med. Journal
1907 9316

12/12/1996 RUA DESEMBARCADOR SALES, 1.105 - NOVA
PARNAIBA

LEITO: 1201

[illegible]



<http://dx.doi.org/10.1016/j.jad.2017.09.028>

Atendimento:	1014734
Data:	27/08/2017
Hora:	18:49

HOSPITAL ESTADUAL DR. GUS ARCOVERDE
RUA RODRIGO COIMBRA, 1650
PARNAIBA/PI

ANTOR

BOLETIM DE ADMISSÃO

130251 - ANDRE SILVA SOARES

OUTROS - Sexo: MASCULINO - 12/12/1996 - 20 ANOS, 8 MESES, 15 DIAS

Clinica: CIRURGIA GERAL Enfermaria: 012- CLINICA CIRURGICA Leito: 1201 Convênio: SUS

Escolaridade: Médico: 3611 - ANTONIO LISBOA DA SILVA FILHO

CPF: RG: C/N: SIS Prenatal:

Endereço: RUA DESEMBARCADOR SALES, N° 1.105 - CEP: , - Bairro: NOVA PARNAIBA

Cidade: 2207702- PARNAIBA/PI Profissão: Telefone: ()

Par: Mãe: RAIMUNDA AGUIAR

Responsavel: ANDRE SILVA SOARES - () -- O MESMO

Diagnostico inicial: - 9999-CID NAO INFORMADO

Diagnóstico Definitivo:

Resultado

_____ Dor	_____ Febre	_____
_____ Peristaltico	_____ Pulso	_____ Hb
_____ Intestino	_____ E. Negro	_____ T. Negro
_____ T. Negro	_____ T. Negro	_____ T. Negro

Transfêrencia

História Clínica

Fratura da rádio distal com abertura do A.R.U.D.

Diagnóstico Provável

Fratura da Rádio distal

Antônio Lisboa da Silva Filho
Ortopedia / Traumatologia
CRM-PI: 3611 TEOT: 12636

ANTONIO LISBOA DA SILVA FILHO